



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas – FACE

Departamento de Economia

Graduação em Ciências Econômicas

HENRIQUE CARDOSO CRISPIM

**DO AÇÚCAR AO CAFÉ: A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E A DINÂMICA DA
RIQUEZA PAULISTA AO LONGO DO SÉCULO XIX**

**BRASÍLIA – DF
2023**

HENRIQUE CARDOSO CRISPIM

**DO AÇÚCAR AO CAFÉ: A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E A DINÂMICA DA
RIQUEZA PAULISTA AO LONGO DO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada
ao Curso de Graduação em
Ciências Econômicas da
Universidade de Brasília
(UnB), como requisito
parcial para obtenção do
grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a
Deborah Oliveira Martins
dos Reis.

**BRASÍLIA – DF
2023**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram e apoiaram na realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço a professora Deborah, pela orientação e valiosos ensinamentos ao longo deste processo. Suas orientações foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Também desejo estender meus agradecimentos aos meus familiares e amigos, cujo apoio e encorajamento foram essenciais durante este percurso acadêmico.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a evolução das formas de crédito e dinâmica da riqueza ao longo do século XIX, na Província de São Paulo. Para tal, é necessário analisar como se deu o renascimento agrícola no século XVIII e, posteriormente, a prosperidade da Província de São Paulo ao atender o mercado externo. Tendo, inicialmente, o açúcar como principal produto exportador e depois perdendo liderança para o café, que possibilitava maiores ganhos a menos custos. Como as lavouras cafeeiras demandavam investimentos constantes, o crédito privado se tornou primordial para a expansão dos cafezais. Porém, com as ideias abolicionistas e as leis imperiais da época, as formas de crédito evoluíram e, junto a isso, a composição da riqueza dos paulistas foram alteradas.

Palavras-chave: Açúcar; Café; Escravidão; São Paulo; Crédito; Riqueza.

ABSTRACT

This work aims primarily to analyze the evolution of credit forms and wealth dynamics throughout the 19th century in the Province of São Paulo. To do so, it is necessary to examine how the agricultural renaissance in the 18th century occurred and subsequently, the prosperity of the Province of São Paulo in meeting the external market. Initially, sugar was the primary export product, later losing its leadership to coffee, which allowed for greater gains at lower costs. As coffee plantations demanded constant investments, private credit became essential for their expansion. However, with the abolitionist ideas and the imperial laws of the time, credit forms evolved, and alongside this, the composition of wealth among the people of São Paulo was altered.

Key-words: Sugar; Coffee; Slavery; São Paulo; Credit; Wealth.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual da quantidade produzida de café segundo a presença ou não de cafeicultores em 1829 (Bananal, 1799-1829).....	16
Tabela 2 - Procedência do açúcar e do café exportado pelo Porto de Santos (em arrobas).....	18
Tabela 3 - Exportação de café pelo porto de Santos (1830-1856) (em sacas).....	19
Tabela 4 - Valor médio dos escravos por décadas	23
Tabela 5 - Rendimentos em depósitos, Letras, apólices governamentais e debentures de ferrovias — 1870-88 (em porcentagem)	33
Tabela 6 - Taxas médias anuais de rentabilidade obtidas em ações transacionadas no Rio de Janeiro, segundo diversas atividades econômicas, nos anos de 1877, 1878 e 1882 (em porcentagem)	34
Tabela 7 - Taxas anuais médias de retorno em ações de diversos investimentos ingleses, transacionadas na Bolsa de Valores de Londres (London Stock Exchange Market), 1870/88 (em porcentagem).....	34
Tabela 8 - Número e capital social das companhias nacionais e estrangeiras funcionando no Império, em 1867, segundo ramos de atividade	35
Tabela 9 - Número e capital social das sociedades anônimas em funcionamento, em 31/12/1886, segundo ramos de atividade	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportação do açúcar paulista pelo Porto de Santos, em arrobas (1801-1836)....	13
Gráfico 2 - Exportação de açúcar e café pelo porto de Santos, em arrobas (1836-1855)	17
Gráfico 3 - Participação do café nas exportações brasileiras (em porcentagem)	19
Gráfico 4 - Exportação de café pelo porto de Santos, em arrobas (1855-1866).....	20
Gráfico 5 - Imigração para o Estado de São Paulo	25
Gráfico 6 - Escravos na composição da riqueza dos paulistas (em porcentagem)	27
Gráfico 7 - Composição da riqueza dos paulistas (em porcentagem)	27
Gráfico 8 - População da cidade de São Paulo	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OS ANTECEDENTES DO CAFÉ	11
3. A TRANSIÇÃO PARA O CAFÉ E O SEU AVANÇO.....	15
4. A MUDANÇA DA RIQUEZA E DA MÃO DE OBRA	23
5. O CRÉDITO	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

Com o renascimento da agricultura de exportação brasileira e com o desenvolvimento da cultura canavieira, na segunda metade do século XVIII, a Província de São Paulo começou a ganhar mais destaque na participação econômica nacional. No início do século XIX, notamos um desenvolvimento do centro comercial em São Paulo, devido à expansão da lavoura açucareira e ao escoamento dos produtos agrícolas pelo porto de Santos. O crescimento do principal porto paulista foi fundamental não só para a cultura canavieira, como também para a expansão cafeeira. O cultivo do café já está presente em algumas fazendas desde o início do século XIX, porém, ainda não era uma cultura com sistema de *plantation*.

Na segunda metade do século XIX, por se tratar de um produto muito rentável e que exigia menos investimentos, quando comparado com a cultura canavieira, o volume de exportação do café ultrapassou o volume de exportação da cana. Apesar disso, a produção canavieira ainda permaneceu como atividade principal em algumas regiões da província.

Mas para continuar a produzir e expandir a produção cafeeira, eram necessários investimentos constantes, independente das situações do mercado. Por isso, a demanda pelo crédito foi essencial para o crescimento e manutenção das lavouras, assim como, para a aquisição de mão de obra escrava - principal mão de obra nas fazendas.

O crédito privado era a principal forma de financiamento destinado aos fazendeiros. Mas, devido a implementação de leis imperiais, na segunda metade do século XIX, surgiram novas formas de crédito. Os problemas no crédito hipotecário, fizeram com que os recursos dos fazendeiros mais abastados fossem alocados nos mercados de capitais, títulos bancários e apólices. As formas de crédito evoluíram e o capital cafeeiro deixou de financiar apenas as atividades rurais e passaram a financiar as atividades urbanas, que ainda sim, colaboraram para a expansão cafeeira ao longo do século XIX.

Assim, este trabalho tem como proposta analisar a evolução do sistema de crédito na Província de São Paulo e suas implicações na dinâmica da riqueza dos paulistas, devido ao surgimento de novas opções de investimentos ao longo do século XIX, período da transição do açúcar para o café. O trabalho busca entender como se deu mudança na composição da riqueza dos paulistas e se os novos ativos de investimentos eram interligados e ampliavam a atividade central, que já na segunda metade do século XIX, seria a atividade cafeeira.

No segundo capítulo do presente trabalho será discutido sobre os antecedentes do café. Em seguida (capítulo de número 3), será analisado como se deu o processo de transição para o café e o seu avanço na economia paulista. No capítulo 4, abordaremos a dinâmica da riqueza dos paulistas e a transição da mão de obra escrava para a mão de obra assalariada em algumas regiões da Província de São Paulo, e por último, no capítulo 5, trataremos sobre a evolução do crédito e, conseqüentemente, as diversas possibilidades de diversificação do capital cafeeiro, ao longo do século XIX.

2. OS ANTECEDENTES DO CAFÉ

Durante o século XVIII, a atividade mineradora, marcada pela exploração de ouro e diamantes, desempenhou um papel de destaque no cenário econômico do Brasil colonial. As descobertas iniciais de ouro em Minas Gerais, além de ter tornado a região um epicentro de atividade econômica, também desempenhou um papel determinante na expansão urbana e no desenvolvimento do comércio.

A região de Minas Gerais tinha características fundamentais, sendo elas, sua localização distante do litoral e sua geografia montanhosa, o quais tornavam o transporte essencial para a população. As tropas de mulas faziam parte, portanto, da infraestrutura do sistema de transporte. Para transportar pessoas e para as mercadorias importadas chegarem nas cidades do interior, era necessário percorrer longas distâncias por terra. Isso tornava o sistema de transporte vital para a economia. Como resultado, houve uma alta demanda por animais de carga (Furtado, 2005, p. 80).

A economia mineradora desempenhou um papel crucial na expansão das cidades e no desenvolvimento do comércio entre elas. Antes mesmo da importância do açúcar, o comércio de mulas desempenhou um papel fundamental que permitiu com que homens, cujo tinham capital proveniente do tropeirismo, investissem em engenhos de açúcar e, posteriormente, na produção de café. Destarte, antes da introdução das ferrovias, o tropeirismo era o principal meio de comunicação em São Paulo, ou seja, foi capaz de criar conectividade e desenvolvimento da província paulista (Perissinotto, 2000, p. 68).

A criação de mulas em larga escala fez com que a região do Rio Grande do Sul passasse a fazer parte da economia mineradora. Os animais, portanto, eram enviados do Rio Grande do Sul para a região de São Paulo, onde eram vendidos em grandes feiras para compradores de diversas regiões. Isso ajudou a conectar as diferentes regiões do sul do Brasil. Diferentemente do Nordeste, onde a economia pecuária dependia da cultura canavieira, no sul do país a criação de mulas já existia antes da mineração (Furtado, 2005, p. 81). No entanto, a pecuária no sul do país, preexistiu à mineração e teve papel fundamental na integração econômica das diferentes regiões do sul do Brasil.

Contudo, na primeira metade do século XVIII, como todo o foco econômico do Brasil foi direcionado para a atividade mineradora, a agricultura brasileira passou por um período sombrio. Porém, com o declínio da mineração, a agricultura ganhará força. O desenvolvimento considerável da população europeia no decorrer do século XVIII; o incremento das atividades econômicas e relações comerciais no mundo na era da Revolução

Industrial; os conflitos europeus, as quais tinham como campo de batalha as rotas marítimas, tornava os produtos ultramar escassos para a Europa, deixando Portugal em uma ótima posição comercial; e o algodão, tendo sua importância devido ao seu aproveitamento quase que ilimitado, graças ao progresso tecnológico do século XVIII, são alguns dos fatores que contribuíram para a retomada da agricultura (Prado Júnior, 2008, p. 79-81).

Já Furtado (2005, p. 92-93), destaca a Guerra da Independência dos EUA, a Revolução Industrial inglesa, as Guerras Napoleônicas e o colapso do Haiti como alguns dos fatores importantes para o renascimento da agricultura brasileira. Em 1789, Haiti, que na época era uma grande colônia açucareira francesa, entrou em colapso. Nessa colônia, vários escravos se revoltaram e destruíram boa parte da riqueza acumulada já acumulada, o que gerou um impacto significativo no mercado do açúcar. Essa revolta no Haiti abriu caminho para uma nova fase de prosperidade na região açucareira do Brasil. O valor das exportações de açúcar mais do que dobrou durante as Guerras Napoleônicas, ao mesmo tempo, como a atividade industrial na Inglaterra estava em alta, a demanda por algodão cresceu consideravelmente. Apesar do algodão ter se tornado uma matéria-prima industrial de importância no comércio internacional, ele nunca ficará à frente do açúcar nesse surto agrícola da segunda metade do século XVIII.

A partir das últimas décadas do século XVIII, o Oeste Paulista começou a desenvolver a cultura canavieira, até que o açúcar se transformou no principal item de exportação da capitania. Além disso, com a demanda do mercado mundial por produtos tropicais e com as melhoras que o governo vinha fazendo, no caminho que ligava as regiões produtoras à Santos, a produção de açúcar acabou sendo ainda mais estimulada e o produto acabou se tornando o primeiro, em São Paulo, a ser produzido para atender o mercado externo (Perissinotto, 2000, p. 69-70). Segundo Prado Júnior (2008, p. 84-86), é no açúcar que fundará a prosperidade da Província de São Paulo.

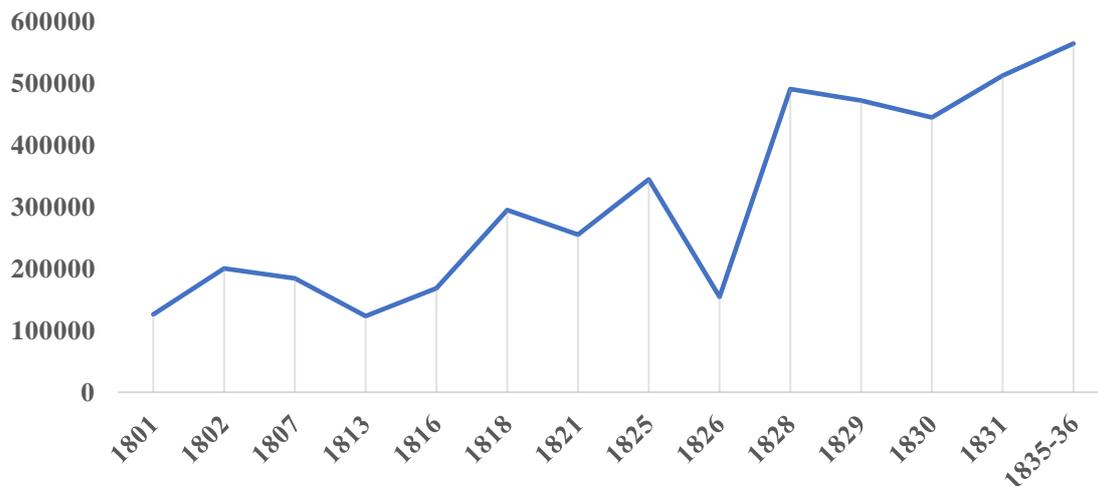
Entre 1765 e 1808, foram adotadas diversas estratégias para impulsionar o comércio exportador em São Paulo e aumentar a atividade nos portos locais. As decisões tomadas pelos governadores, nesse período, tiveram um impacto importante, pois o aumento da atividade no porto de Santos, por exemplo, estimulou o crescimento das plantações de cana-de-açúcar. No entanto, a Província de São Paulo ainda enfrentava desafios, pois os navios não estavam muito interessados em atracar nos portos de São Paulo, e isso ocorreu porque os fortes comerciantes do Rio de Janeiro estavam comprando produtos de São Paulo e criando um mercado mais forte para enviar esses produtos para Portugal. Além disso, os portos de Bahia e Recife também estavam mais movimentados, principalmente devido à grande quantidade de

açúcar produzido nessas regiões e ao amplo mercado consumidor lá existente. Outro desafio foram as estradas, na Província de São Paulo elas não estavam adequadas para transportar as mercadorias até os portos. Isso demonstra que não havia uma infraestrutura eficiente para enviar o açúcar (principal produto exportador) até os portos localizados em São Paulo, no entanto, essa infraestrutura era fundamental, pois a maior parte das plantações de cana-de-açúcar estava localizada no interior da província, enquanto as áreas litorâneas não tinham uma produção significativa desse produto (Petroni, 1968, p. 140-144).

A exportação do açúcar passou por momentos de altos e baixos e isso por ser notório a partir da análise do Gráfico 1.

Os tumultos no mercado internacional, gerados pelos conflitos do período napoleônico, fizeram baixar a exportação que ganhava fôlego em São Paulo. As 200.000 arrobas exportadas em 1802 foram reduzidas a 122.933, em 1813. Expandiu-se, então, rapidamente, com a normalização do mercado mundial, após 1815. No ano seguinte, 121.823 arrobas de açúcar foram remetidas para o Rio, enquanto 23.401 o foram diretamente para Portugal (Melo, 2009, p. 57-58).

Gráfico 1 - Exportação do açúcar paulista pelo Porto de Santos, em arrobas (1801-1836)



Fonte: MELO, 2009, p. 57.

O conjunto das regiões que mais se destacaram na produção de açúcar, durante o final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, ficou conhecido como "quadrilátero do açúcar". O quadrilátero era formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí. Dentro do quadrilátero, duas áreas merecem destaque especial, sendo elas, Itu, que em 1836, contribuía com cerca de um sexto (1/6) de toda a produção de açúcar da Província de São Paulo; e na mesma época, Campinas, que por sua vez, era a maior produtora de cana-de-açúcar e fornecia quase um terço (1/3) de toda a produção de açúcar da província. Embora já houvesse a cultura do café nessas regiões, a produção ainda era relativamente pequena nessa

época. Devido à alta demanda europeia por açúcar e a presença de terras férteis, a cultura canavieira era muito dominante, especialmente em áreas como Itu e Campinas, que impulsionaram o mercado exportador paulista. Sorocaba, por exemplo, se comparado com Itu e Campinas, tinha uma produção de açúcar insignificante, e sua riqueza provinha especialmente do comércio de animais nas feiras de muares (Petroni, 1968, p. 41-52). Fora da região conhecida como "quadrilátero do açúcar", ainda existiam algumas pequenas lavouras de cana, mas elas tinham pouca importância em comparação com o total de cana-de-açúcar produzida na Província de São Paulo.

Certamente, o açúcar desempenhou um papel fundamental na construção da economia da Província de São Paulo. Isso se deve ao fato de que uma grande parte da população estava envolvida na produção ou no comércio dessa mercadoria. A importância cultural canavieira é evidenciada pelo seu valor econômico. Em 1807, metade do valor de todas as exportações feitas pela Província de São Paulo estava relacionada ao açúcar. Em 1813, o valor total da produção paulista de açúcar era de 1005:764\$440 réis. Para se ter uma ideia do quão significativo isso era, na mesma época, o valor da produção de milho, que era o mais próximo em valor ao açúcar, era de 173:757\$360 réis. Isso ilustra claramente a importância econômica do açúcar na Província de São Paulo no início do século XIX (Petroni, 1968, p. 155).

A maior parte do açúcar paulista era exportado pelo Rio de Janeiro, mas após a independência, em 1822, a exportação do açúcar foi se tornando cada vez mais autônoma do Rio de Janeiro e o porto de Santos passou a ser o responsável pela maior parte das exportações do produto e, posteriormente, do café de São Paulo. Em 1830, a maior parte do açúcar paulista já tinha como destino portos estrangeiros.

Na década de 1830, o açúcar de São Paulo foi remetido em quase sua totalidade para portos estrangeiros, sem intermediação da Corte. O volume girava em torno de 500.000 arrobas anuais. O mercado dos países platinos e do Pacífico continuou recebendo a maior quantidade desse açúcar, seguido do mercado europeu. Em 1838/39, 118.136 e ½ arrobas foram para os portos do Pacífico, enquanto os países platinos receberam 69.175 e 6 libras. Para Europa, foram exportadas 61.834 arrobas para a Itália, 59.177 para a Espanha e 48.158 para Portugal e suas possessões. Para o mercado consumidor dos Estados Unidos foram enviadas 50.032 arrobas e para o Rio de Janeiro tão somente 30.044 (Melo, 2009, p. 58-59).

3. A TRANSIÇÃO PARA O CAFÉ E O SEU AVANÇO

Os primórdios da cultura cafeeira, na Província de São Paulo, ocorrido entre os fins do século dezoito e as primeiras décadas do século seguinte, foram objeto de estudo de diversos trabalhos. A história da cafeicultura em São Paulo é significativa para a compreensão não apenas da economia regional, mas também do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Tomando como exemplo a região de Bananal, que é bastante representativa no pioneirismo da cafeicultura, destaca-se os trabalhos de Motta e Nozoe (1994,1999), que estudam os primórdios da acumulação fundada na atividade cafeeira, em São Paulo, mediante o acompanhamento, no decurso do período 1799-1829, dos habitantes da localidade de Bananal.

Na região de Bananal (fundada em 1783), a cultura cafeeira foi introduzida por pequenos agricultores, tanto é que, eles detinham poucos recursos financeiros e nem sempre contavam com a mão de obra de cativos. Contudo, a presença de agricultores sem mão de obra escrava foi apenas nos momentos iniciais da lavoura cafeeira e os pequenos proprietários (os pouco abastados) do começo do cultivo tenderiam a tornar-se grandes proprietários. Enquanto outros agricultores e fazendeiros da região estavam indecisos sobre o sucesso ou não do cultivo do café, os proprietários menos abastados decidiram arriscar e começaram, mais cedo, a cultivar café. Isso mostra que a cafeicultura na região não era restrita apenas aos grandes proprietários de terras, ou seja, até os pequenos proprietários estavam dispostos a cultivar no café. Os domicílios da região que não se dedicavam exclusivamente à produção de café, mas incorporaram, em algum período, o cultivo de café em suas atividades agrícolas existentes, eram classificados como "produtores eventuais de café" (Nozoe; Motta, 1999, p. 57-67).

Segundo Motta e Nozoe (1994, p. 315-316), ainda nas primeiras décadas do século XIX, as plantações de café eram voltadas para a subsistência, no entanto, com o crescimento de sua rentabilidade no comércio, o produto foi se tornando cada vez mais importante na economia da região. Com sua crescente atratividade, os recursos provenientes de outras atividades, até mesmo atividades não voltadas para a agricultura, foram direcionados para a produção de café. Com a implementação do sistema de *plantation* (modelo de produção agrícola baseado na monocultura, no trabalho escravo e voltado para o mercado exterior) na produção de café, muitos domicílios, da região de Bananal, dedicados à produção de cana de açúcar, se tornaram, em 1929, especializados na produção de café. Destarte, antes dessa difusão da cultura cafeeira, os agricultores eram diferenciados entre participantes e não participantes do mercado. Após a atratividade gerada pela rentabilidade e com a

implementação do sistema de *plantation* na produção de café, os agricultores passaram a ser diferenciados entre cafeicultores e não cafeicultores, ou seja, tinham produção especializada no café ou não.

Após ter noção dos riscos do cultivo de café e verificado que a plantação se adaptava às condições da região, os agricultores mais abastados começaram a formar suas plantações. Porém, quem mais se beneficiou com o cultivo de café como cultura de exportação, em território paulista, foram os agricultores de pequenos plantéis.

Tabela 1 - Percentual da quantidade produzida de café segundo a presença ou não de cafeicultores em 1829 (Bananal, 1799-1829)

Ano	Produtores eventuais de café (%)	Cafeicultores em 1829 (%)
1799	100%	0%
1802	100%	0%
1804	100%	0%
1814	49%	51%
1815	50%	50%
1816	51%	49%
1817	37%	63%
1818	40%	60%
1822	39%	61%
1825	18%	82%
1828	3%	97%
1829	0%	100%

Fonte: MOTTA; NOZOE, 1999, p. 65.

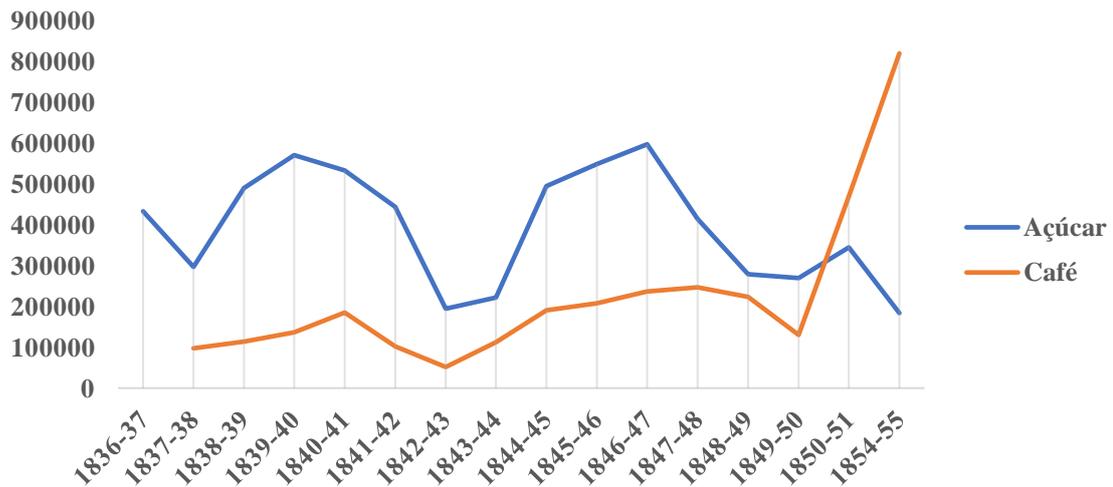
A Tabela 1 mostra que, de 1799 até 1804, a cafeicultura tem se mostrado de fácil acesso, tanto é que, 100% da quantidade produzida de café, em Bananal, vinham dos eventuais produtores de café. Somente a partir de 1814, é que os eventuais produtores de café passaram a responder por uma parcela do café produzido. Porém, na década de 1820, com uma nova fase na produção de café, vários agricultores, até mesmo os menos abastados de recursos, se especializaram na produção de café e se mantiveram como cafeicultores.

Apesar do açúcar ter sido um produto rentável, os altos investimentos necessários para o funcionamento do engenho e para a mão-de-obra, juntamente com a expansão do mercado externo para o café, acabaram sendo alguns dos fatores que fizessem com que o cultivo do café apresentasse suas vantagens (Perissinotto, 2000, p. 71).

A partir da década de 1840, ao ser introduzida no Oeste Paulista, o café encontrou uma estrutura de exportação criada pela lavoura canavieira (que estava em seu auge), onde pontes,

estradas e porto já haviam se desenvolvido em São Paulo, além disso, os tropeiros já tinham experiência para o transporte de produto do interior para o litoral. Portanto, com a estrutura criada na lavoura canavieira e com os crescentes lucros do café, o produto foi se tornando excelente para exportação (Melo, 2009, p. 60).

Gráfico 2 - Exportação de açúcar e café pelo porto de Santos, em arrobas (1836-1855)



Fonte: MELO, 2009, p. 57.

A partir do Gráfico 2, pode-se verificar, entre os anos 1839 e 1843, uma queda nas exportações do açúcar e do café. Segundo Petrone (1968, p. 160-162), essa queda foi devida à geadas de 1841, que prejudicaram os canaviais e os cafezais. Os anos de 1846-1847 foi o mais decisivo para a cultura da cana. Com os lucros do café, a maior parte dos agricultores decidiram abandonar o cultivo da cana e passaram a se dedicar ao café, assim, o “quadrilátero do açúcar” se transforma em zona cafeeira. O café plantado em 1846-1847, será colhido em 1850-1851, e, a partir desse ano, o volume de exportação do café ultrapassa o volume de exportação da cana. Além de ter perdido a liderança de exportação para o café, o açúcar retirou-se do mercado internacional e se tornou um produto de abastecimento interno. Nos anos de 1860/61, passaram pelo Porto de Santos apenas 16 arrobas de açúcar.

Apesar do volume de exportação do café ter ultrapassado o volume de exportação da cana, não significa dizer que todas as regiões da Província de São Paulo passaram a produzir, majoritariamente, café. A Tabela 2 apresenta a quantidade (em arrobas) que cada região exportava de açúcar e café no Porto de Santos. Fica nítido, que na primeira metade do século XIX, a maior parte das regiões exportavam mais açúcar do que café. Em contrapartida, no início da segunda metade do século XIX, o oposto ocorre, a maior parte das regiões passaram

a exportar mais café do que açúcar. De acordo com a Tabela 2, apenas Itu, Piracicaba, Porto Feliz e Capivari, exportavam mais açúcar do que café, entre os anos 1854-1855.

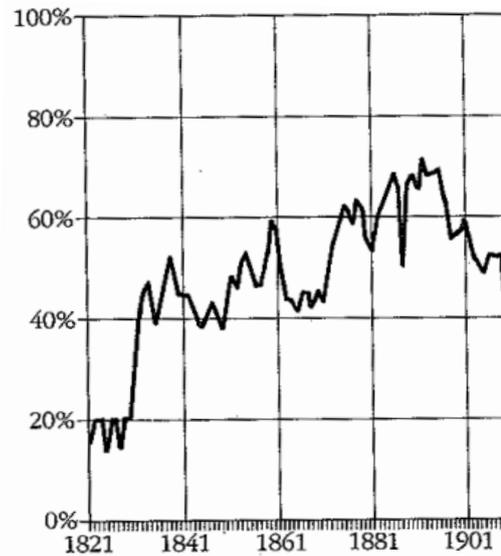
Tabela 2 - Procedência do açúcar e do café exportado pelo Porto de Santos (em arrobas)

Regiões	1836-1837		1842-1843		1846-1847		1854-1855	
	açúcar em arrobas	café em arrobas	açúcar em arrobas	café em arrobas	açúcar em arrobas	café em arrobas	açúcar em arrobas	café em arrobas
Campinas	<u>152.922</u>	4.927	<u>55.948</u>	15.860	<u>203.195</u>	66.640	12.085	<u>313.063</u>
Itu	<u>66.495</u>	1.086	<u>46.723</u>	429	<u>141.613</u>	7.287	<u>40.099</u>	5.075
Piracicaba	<u>71.213</u>	2.587	<u>27.782</u>	2.088	<u>50.633</u>	2.597	<u>38.707</u>	19.213
Porto Feliz	<u>66.751</u>	383	<u>24.884</u>	358	<u>3.572</u>	-	<u>37.404</u>	7.676
Capivari	<u>46.012</u>	36	<u>25.367</u>	536	<u>78.479</u>	2.582	<u>33.274</u>	3.786
Jundiaí	<u>12.146</u>	810	<u>6.395</u>	650	<u>22.572</u>	1.666	1.062	<u>25.751</u>
Mogi das Cruzes	7.561	<u>14.921</u>	343	<u>3.870</u>	12.914	<u>27.320</u>	801	<u>37.224</u>
Mogi Mirim	<u>5.450</u>	-	<u>5.234</u>	997	<u>8.460</u>	54	4.596	<u>21.845</u>
São Paulo	<u>2.802</u>	1.583	628	<u>894</u>	<u>19.944</u>	4.651	2.327	<u>8.431</u>
Bragança	32	<u>2.140</u>	-	<u>610</u>	626	<u>2.599</u>	159	<u>14.470</u>
Sorocaba	802	<u>1.114</u>	-	-	<u>1.232</u>	862	769	<u>3.653</u>
Jacareí	178	<u>45.739</u>	-	<u>19.457</u>	10.210	<u>90.431</u>	690	<u>135.312</u>
Total	<u>432.364</u>	75.326	<u>193.304</u>	45.749	<u>553.450</u>	206.689	171.973	<u>595.499</u>

Fonte: MELO, 2009, p. 65.

Porém, apesar de não ser uma cultura dominante até a década de 1840, desde a década de 1820, o café já tinha participação nas exportações brasileiras. É possível notar, a partir do Gráfico 3, que essa participação só seguiu uma tendência de alta já próximo da década de 1830 em diante. Na década de 1850, a exportação de café correspondia cerca de 50% da exportação brasileira, média que se foi elevada para quase 60% no final do século XIX, tanto é que, a exportação da mercadoria teve seu pico de participação entre as décadas de 1880 e 1890.

Gráfico 3 - Participação do café nas exportações brasileiras (em porcentagem)



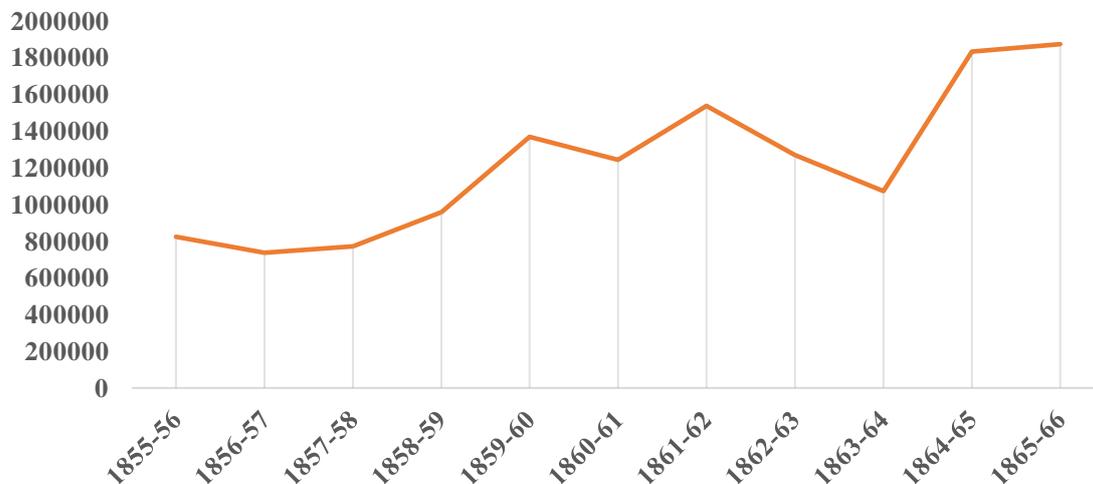
Fonte: BACHA; GREENHILL, 1992.

Juntamente com o aumento da participação do café nas exportações brasileiras, a Tabela 3 e o Gráfico 4 apresentam as exportações de café pelo porto de Santos, demonstrando também uma tendência crescente. Conforme o café ia se expandindo para o interior paulista, o porto de Santos foi ganhando seu lugar na economia.

Tabela 3 - Exportação de café pelo porto de Santos (1830-1856) (em sacas)

Ano	Santos	Ano	Santos
1839	3.839	1848	59.318
1840	5.375	1849	34.466
1841	5.345	1850	-
1842	1.106	1851	-
1843	217	1852	-
1844	26.617	1853	-
1845	52.978	1854	-
1846	57.819	1855	192.654
1847	60.783	1856	180.634

Fonte: BACHA; GREENHILL, 1992.

Gráfico 4 - Exportação de café pelo porto de Santos, em arrobas (1855-1866)

Fonte: MELO, 2009, p. 57.

Apesar de já estar em alta desde a década de 1850, como mostra Gráfico 4, o mercado internacional, na década de 1870, passou a demandar ainda mais o café, o que levou muitos fazendeiros a expandirem suas plantações. Porém, esse crescimento criou um grande desafio: como levar o café das fazendas até o porto de Santos, de onde ele seria exportado. À medida que as plantações de café se espalhavam pelo interior do país, elas ficavam cada vez mais longe do litoral e do porto de embarque. Esse aumento da distância tornou o transporte do café mais difícil e caro. O custo não se resumia apenas ao valor do transporte em si, mas também aos problemas causados pelas condições precárias desse transporte. O café era transportado em lombos de animais, o que resultava em atrasos na entrega e na exposição do produto à chuva e ao sol, causando perdas significativas (Perissinotto, 1994, p. 40-41).

As altas produtividades das terras paulistas e ocupação de novas terras, aumentavam ainda mais as margens de lucro da cafeicultura. Porém, à medida que as novas terras iam sendo ocupadas, o café ia em direção ao interior, e isso dificultava e encarecia o transporte das fazendas produtoras até o porto de embarque. O sistema ferroviário seria, então, a solução para a interiorização dos produtores de café e para o transporte da mercadoria (Cano, 1990, p. 33).

Os investimentos em ferrovias, portanto, desempenharam um papel importante na expansão territorial do cultivo de café. Ao mesmo tempo, conforme os lucros do capital cafeeiro iam aumentando, outras formas de investimentos, como ações e títulos, também cresceram. Segundo Perissinotto (2000, p. 62), a expansão do café foi capaz de gerar uma riqueza, que, principalmente a partir da década de 1860, foi direcionada para uma variedade

de áreas de investimento. Isso inclui a construção de ferrovias, casas comissárias, investimento em instituições bancárias, compra de títulos da dívida pública e aquisição de propriedades urbanas. O trabalho de Mello (1984, p. 161), mostra que seria possível o fazendeiro obter taxas de retorno simplesmente investindo seu capital em outras atividades que não fossem, especificamente, a produção de café.

Quanto às ferrovias, a primeira a desempenhar um papel importante na economia do café foi a ferrovia São Paulo Railway, que ligava Santos a Jundiaí. Ela começou a ser construída em 1856 e foi finalizada em 1867. Isso significa que levou 11 anos para ser construída e conectar as cidades de Santos e Jundiaí por meio de trilhos. Essa ferrovia desempenhou um papel fundamental no transporte eficiente do café das regiões produtoras para o porto de Santos, facilitando o comércio de exportação e impulsionando a economia cafeeira. Até o ano de 1870, a única ferrovia em operação no Brasil era a São Paulo Railway, que era de origem inglesa e foi inaugurada em 1867. Na década seguinte, a partir de 1872, várias outras ferrovias importantes começaram a funcionar, expandindo a malha ferroviária do país. Algumas delas incluem a Companhia Paulista, que iniciou suas operações em 1872, e as ferrovias Mogiana e Sorocabana, que começaram a operar em 1875 (Perissinotto, 1994).

Além de viabilizar a produção em fazendas mais distantes do porto e a ocupação de novas terras para o plantio do café, as ferrovias baratearam os custos com transporte, e conseqüentemente, diminuíram o custo da produção de café, que antes era feito por tropas de muares. Com a implementação e desenvolvimento das ferrovias, houve, em média, uma diminuição dos custos cafeeiros em montante equivalente a cerca de 20% dos preços de exportação (Cano, 1990, p. 34).

A partir da década de 1870, as ferrovias exerceram um papel crucial no desenvolvimento econômico de São Paulo, especialmente devido à sua estreita relação com a expansão da indústria cafeeira. A necessidade de transportar grandes volumes de café das fazendas até o porto de Santos para exportação exigia um sistema de transporte eficiente. A construção de linhas ferroviárias conectando as áreas produtoras de café ao Porto de Santos permitiu um transporte mais rápido e eficaz da safra.

Ao raiar da década de 70 as tropas de mula formam a infra-estrutura do sistema. Mas a irradiação dos cafezais criou enormes distâncias entre as lavouras e o porto de Santos, dificuldade a que se aliam o volume crescente de safras e o elevado preço do transporte animal. Este se tornou antieconômico. Em toda a região centro-sul os interesses do café exerceram pressão sobre as autoridades governamentais no sentido de uma legislação favorável à construção das ferrovias: em São Paulo, em grande parte, foi um investimento dos próprios fazendeiros de café (...). São todas estradas do café, orientadas pela localização das lavouras e pelos roteiros que levam ao porto de embarque em direção ao mercado exterior (Saes, 1981, p. 40-41).

O vínculo entre o café e as ferrovias não se limitou apenas ao transporte da produção. As ferrovias proporcionavam o avanço do cultivo do café rumo ao interior e possibilitavam o abastecimento, dessas novas áreas, com mão de obra, tanto é que, empresas ferroviárias ofereciam passagens gratuitas aos imigrantes, facilitando o deslocamento da mão de obra para as novas lavouras cafeeiras. Com o lucro do café, que estava em expansão, o grande capital cafeeiro tinha recursos para manter e expandir as linhas ferroviárias.

Destarte, o café dependia da ferrovia por conta da exportação, da expansão e do deslocamento da mão de obra, assim como, a ferrovia dependia dos recursos oriundos das lavouras cafeeiras.

4. A MUDANÇA DA RIQUEZA E DA MÃO DE OBRA

Antes da criação dos engenhos de açúcar na Província de São Paulo, existia pouca mão de obra de escravos africanos na região e a importação de escravos não era tão necessária nessa época, pois a província era composta por pequenas agriculturas, onde índios e mamelucos eram as principais mãos de obra na região. Porém, com o ressurgimento agrícola e com a expansão da cultura canavieira, na segunda metade do século XVIII, a importação de escravos foi crescente. De 1813 há 1836 (apogeu da cultura canavieira), houve um aumento de quase 80% da população escrava na Província de São Paulo. Mas, nem todos estavam alocados nos engenhos de açúcar, pois, em 1836, o café já estava em desenvolvimento, principalmente no Vale da Paraíba, e isso já demandava mão de obra escrava. A maior parte dos escravos entravam através do Rio de Janeiro ou da Bahia, pois a Província de São Paulo não tinha recursos suficientes para importar escravos diretamente da África. Para os comerciantes do Rio de Janeiro, essas exportações de escravos para São Paulo eram bastante lucrativas. A primeira tentativa de importar escravos diretamente da África, em grande escala, foi comandada por uma sociedade formada por Antônio da Silva Prado, em 1820 (Petroni, 1968, p. 110-114).

O estudo de Araújo (2006, p. 100-101), que tem como objetivo analisar a participação de alguns ativos na composição da riqueza dos paulistanos, entre os anos de 1800 e 1850, a partir de 146 inventários *post-mortem* da capital, nos mostra que, os investimentos dos paulistanos em aquisição de escravos cresceram, passando de 12,2% (entre 1800-1824) para 30,8% (entre 1825-1850). Além da participação do ativo Escravos nos bens brutos dos paulistanos, a Tabela 4 mostra que o valor médio dos escravos também é crescente, nos anos de 1800 a 1850.

Tabela 4 - Valor médio dos escravos por décadas

Ano	Valor médio do escravo
1800-1809	91\$910
1810-1819	170\$349
1820-1829	255\$059
1830-1839	315\$530
1840-1850	346\$787

Fonte: ARAÚJO, 2006, p. 111.

Na primeira metade do século XIX, o trabalho escravo era a base para o desenvolvimento das plantações de café e do açúcar. Além dos escravos vindos do Nordeste e de Minas Gerais, a África era a principal fonte de escravos. Com a adoção da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, o tráfico de escravos passou a ser proibido no Brasil, tanto é que, entre 1840 e 1851, entravam no Brasil cerca de 31.000 escravos africanos por ano e, após a implementação da referida lei, entre 1852 e 1859, esse número cai para 3.430 escravos por ano, vindos da África. Inicia-se, portanto, um processo progressivo para a abolição da escravidão no Brasil. Apesar da interdição do tráfico de escravos, o trabalho escravo ainda era fundamental para a produção nas lavouras de café, por isso, o tráfico interprovincial, até a década de 1870, foi importante para os cafezais da Província de São Paulo (Silva, 1985, p. 40-41).

Durante quase todo o século XIX, os escravos eram uma fonte fundamental de trabalho em diversas atividades econômicas, principalmente na produção agrícola. Na segunda metade do século XIX, os escravos foram empregados principalmente nas lavouras de café. Eles realizavam tarefas como o plantio, cuidado e colheita dos grãos, sendo submetidos a longas horas de trabalho. Porém, o escravo não estava ligado somente ao trabalho nas fazendas, segundo Saes (1986, p. 48):

O escravo tinha dupla função na economia da fazenda. De um lado, sendo fonte de trabalho, era o fator privilegiado da produção. Por esse motivo era também, de outro lado, a condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas (emprestadores de dinheiro), dos comissários (intermediários na comercialização do café), ou dos bancos, o capital necessário, seja ao custeio seja à expansão de suas fazendas. O escravo era o penhor de pagamento dos empréstimos. Por isso, praticamente todo o capital de custeio provinha de hipotecas lançadas sobre a escravaria das fazendas.

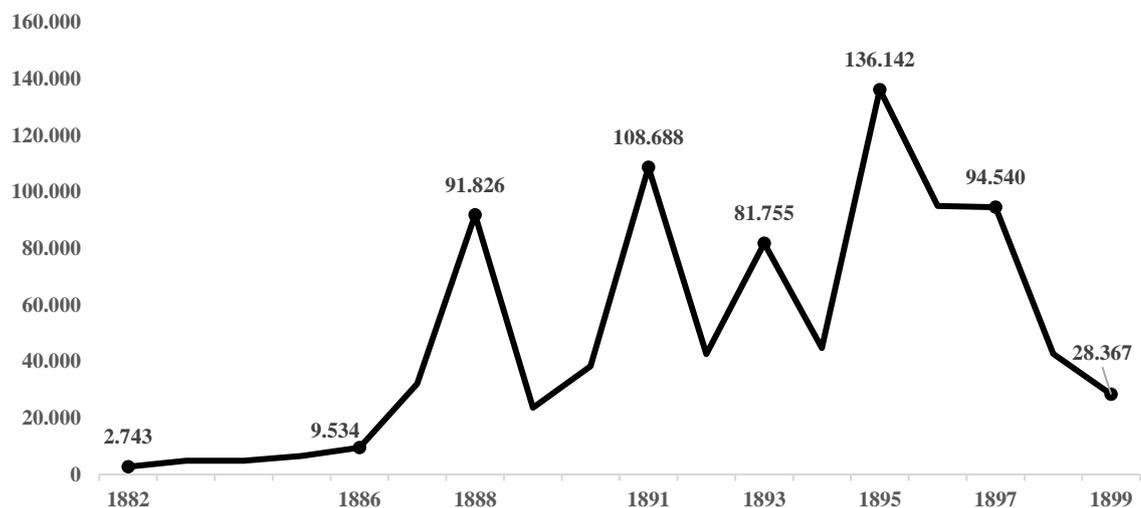
Com o fim o tráfico de escravos, em 1850, algumas regiões da província - que necessitavam de mão de obra para expandir as produções - passaram por um período de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre nas lavouras cafeeiras, devido a isso, coexistiram alguns sistemas de emprego e de remuneração de mão de obra. O sistema de parceria permitia ao parceiro o plantio de alimentos e estabelecia a divisão, entre proprietário e parceiro, sobre os lucros das vendas de café ou de produtos agrícolas, esse sistema ganhou força a partir de 1847, mas entrou em declínio em 1860, sendo substituído pelo sistema de salários fixos, e posteriormente, pelo “colonato”. Diante dos preços baixos do café, nas décadas de 1850 e 1860, e do alto custo do transporte, os fazendeiros faziam de tudo para abaixar os custos da mão de obra. A primeira alternativa foi a importação de trabalhadores chineses, que recebiam baixíssimos salários, se comparados com os salários fixos recebidos pelos trabalhadores do “Oeste Paulista”. Contudo, na década de 1870, com a possível ampliação das margens de lucros - devido à importação de máquinas (que auxiliavam no

aumento da produção), ao desenvolvimento das ferrovias (que barateavam o custo de produção), a crescente demanda externa do café e à disponibilidade de terras férteis -, mas com a restrição da oferta de escravos, a solução foi a imigração europeia, que se expandiu a partir de 1870 e acelerou a partir de 1883 (Cano, 1990, p. 34-39).

A lei provincial de 1871 permitiu que fazendeiros recebessem ajuda para trazer trabalhadores europeus para São Paulo. Contudo, a grande mudança ocorreu em 1884, quando a Assembleia Provincial de São Paulo decidiu pagar integralmente as passagens dos imigrantes. Isso abriu o caminho para uma substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre europeia em maior escala, e ao passar dos anos, a economia começou a depender cada vez menos do trabalho escravo e mais da mão de obra imigrante europeia (Costa, 1966, p. 189-90).

Essa lei de 1884, foi principal medida que eliminou o último grande obstáculo para a adoção generalizada do trabalho assalariado pelos fazendeiros de café. De acordo com Abreu e Lago (2010, p. 16) “A entrada maciça de imigrantes estrangeiros em São Paulo entre 1887 e 1889, já referida, diante dos, no máximo, 107 mil escravos remanescentes, certamente apressou consideravelmente a transição para o trabalho assalariado”.

Gráfico 5 - Imigração para o Estado de São Paulo



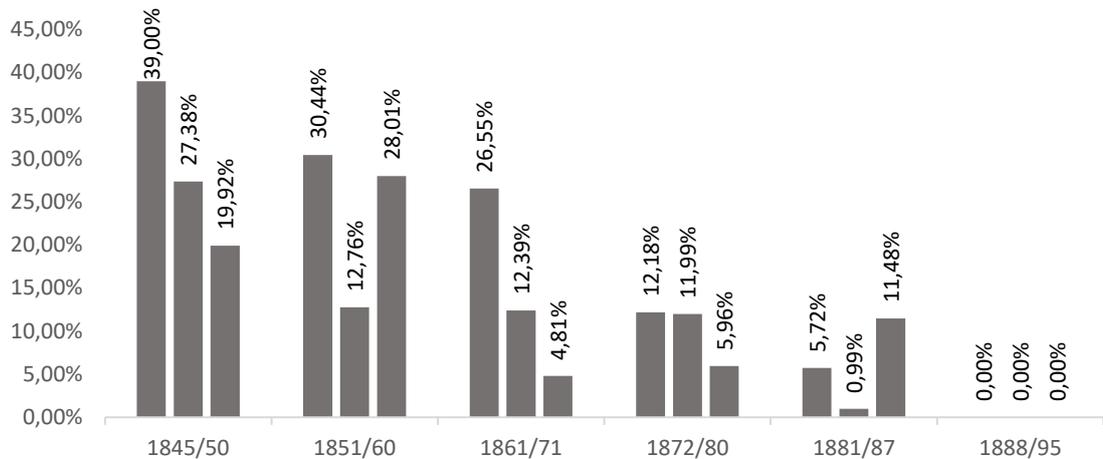
Fonte: MESSIAS, 2003, p. 80.

Analisando o Gráfico 5, fica mais nítido a entrada de imigrantes no Estado de São Paulo. A partir de 1886, a imigração é mais expressiva, tendo seu pico em 1895, ano em que entraram 136.142 estrangeiros no país.

No complexo cafeeiro, o regime de trabalho livre proporcionou, a diminuição dos custos de produção; o aumento da produtividade, devido ao uso mais intenso e extenso de equipamentos agrícolas; a dispensa de trabalhadores durante crises mais agudas; o aumento da renda dos colonos e a diversificação agrícola do complexo; o surgimento, devido ao regime de salários, de uma camada social com poder aquisitivo capaz de aumentar a demanda por bens de consumo; e o aumento da disponibilidade de mão de obra para a expansão urbano-industrial, tanto pela entrada de imigrantes não ligados à agricultura como pelo movimento de atração e fuga de imigrantes das fazendas, gerado pelas crises do café. Destarte, é notório que a implementação do trabalho livre não foi importante somente para a expansão cafeeira, mas também para o desenvolvimento do setor industrial (Cano, 1990, p. 42-50).

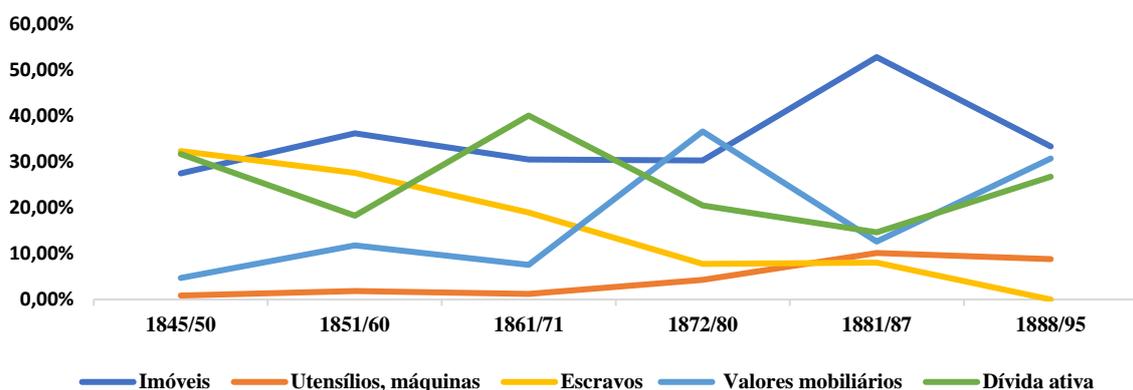
O estudo de Mello (1990) destaca que a economia de São Paulo se tornou parte importante da economia nacional devido à produção de café. O objetivo do estudo de Zélia Cardoso de Mello é analisar, a partir da amostra dos 746 inventários, como a grande riqueza em São Paulo mudou ao longo da segunda metade do século XIX, examinando como a participação relativa de diferentes tipos de ativos se alterou nesse período (ou seja, é comparado a participação de um ativo em relação ao total da riqueza de um período com a participação desse mesmo ativo em outro período). Os ativos utilizados no estudo foram agregados da seguinte forma: 1) imóveis (casas, terrenos e terras); 2) animais; 3) escravos; 4) utensílios e máquinas, ferramentas, móveis, estoques; 5) valores mobiliários (ações e dinheiro); 6) plantações; 7) outros; 8) dívidas ativas e passivas. É importante destacar que o estudo não se concentrou em apenas uma determinada classe social, mas todos os indivíduos da amostra precisavam ter em seus inventários todos os ativos apresentados. No estudo, as primeiras informações disponíveis indicam que o ativo Escravos desempenharam um papel de destaque na composição da riqueza pessoal, ou seja, eles representavam uma parte significativa dos ativos econômicos dos inventários na região estudada.

Até o início da segunda metade século XIX, a riqueza em São Paulo, estava intimamente ligada à escravidão, o Gráfico 6 evidencia isso. Mas à medida que os anos 70 se aproximavam, o ativo mais importante, que eram os escravos, começou a perder sua relevância em termos de participação na riqueza total. Isso de alguma forma prejudicava os fazendeiros que necessitavam de crédito, pois o escravo deixa de ser garantia do empréstimo e as fazendas passam a ser a base das hipotecas.

Gráfico 6 - Escravos na composição da riqueza dos paulistas (em porcentagem)

Fonte: MELLO, 1990, p. 93-101.

Com a perda da participação do ativo escravo na composição da riqueza, inicia-se um processo de diversificação do capital. Surgiram novas formas de ganhar dinheiro, e os caminhos para enriquecer se tornaram mais diversos. Não podemos mais distinguir claramente entre proprietários urbanos e rurais, pois muitos têm atividades em ambos os ambientes. Em vez de se concentrarem em uma única área, estão diversificando seus investimentos, passando de escravos para investimentos em imóveis e ações (Mello, 1990, p. 139).

Gráfico 7 - Composição da riqueza dos paulistas (em porcentagem)

Fonte: MELLO, 1990, p. 93-101.

A partir do Gráfico 7, fica nítido que, no início do século XIX, a maior parte da riqueza dos paulistas compunha o ativo Escravos, pois eram essenciais para a expansão da lavoura cafeeira. Já no final do século XIX, quando a produção de café já estava totalmente

estabelecida em São Paulo, o capital cafeeiro não estava mais concentrado nas fazendas dos grandes produtores de café, mas sim, disperso nos ativos Imóveis, Valores mobiliários e Dívida ativa. Quanto ao ativo Valores mobiliários, pode-se dizer que os recursos também estavam alocados em ações de companhias ferroviárias, e isso reafirma a estreita relação que as ferrovias tinham com o café.

Os investidores se aproveitavam de incentivos governamentais para a construção de estradas de ferro. A Câmara dos Deputados em 26 de julho de 1852, pela Lei n. 641, concedeu aos concessionários das linhas férreas juros de 5% sobre o capital empregado na construção da estrada. A Província de São Paulo, seguindo outras províncias, se comprometeu com mais 2% de juros aos concessionários (Saes, 1981, p.22).

Mas, como mostra o estudo de Oliveira (2006), em algumas regiões da Província de São Paulo, tomando como exemplo a região de Franca, situada no nordeste paulista, a dinâmica do capital, oriunda da cafeicultura, teve um comportamento diferente quando comparado com o que ocorreu no estudo de Mello (1990). A mineração no entorno de Franca, fez com que a região recebesse vários imigrantes das localidades onde as minas eram extraídas, além disso, a riqueza dos fazendeiros francanos, ainda permanecia nas atividades agrícolas e pecuárias. Apesar da chegada da ferrovia, em 1887, na região de Franca, e da ampliação da cafeicultura, durante as últimas décadas do século XIX, as heranças mineiras (pecuária e agricultura de abastecimento interno) presentes nas fazendas não só permaneceram como foram ampliadas. Para os francanos, manter as tradições mineiras trazia mais segurança do que diversificar o capital em atividades urbanas.

Desta maneira, entende-se que a cafeicultura não pode ser compreendida como uma atividade que, ao ser implantada em uma região, eliminava as atividades econômicas ali presentes anteriormente.

Assim como os ativos Escravos, Imóveis e Dívida ativa eram os mais presentes no estudo de Mello (1990), como caso análogo, vale citar o estudo de Lopes (2017), sobre a composição da riqueza em Ribeirão Preto de 1866 até 1888. A região de Ribeirão Preto foi criada em 19 de junho de 1856, e a principal atividade de seus moradores era a lavoura de subsistência e a criação de gado ou de pequenos animais. Em meados da década de 1870, começaram as primeiras experiências com o café na região. Utilizando como fonte de dados uma amostra dos inventários *post-mortem* existentes nos cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios da localidade, foi identificado que, entre as décadas de 1860 (período em que ainda não havia presença da cultura cafeeira) e 1880, os ativos Bens imóveis, Escravos e Dívida ativa eram os que mais integravam o patrimônio dos indivíduos inventariados. Na década de 1870, período das primeiras experiências com o café e pela crescente tendência da ideia de

abolição da escravidão, os bens imóveis continuam a imobilizar a maior parte dos recursos inventariados, mas o montante alocado no ativo Escravos cai significativamente, e ainda permanece em baixa na década seguinte. Comparando a primeira e a última décadas estudadas, o nível da dívida ativa permanece praticamente inalterado enquanto a dívida passiva cresce, dado a maior necessidade de investimentos no início da cafeicultura. A necessidade de financiamento, juntamente com a inexistência de um sistema de crédito voltado para a agricultura, alguns habitantes locais acabaram se tornando capitalistas

5. O CRÉDITO

A economia do café é mais do que o cultivo do café em si. Segundo Perissinotto (2000, p. 60), alguns estudiosos a consideram um "complexo econômico". Isso significa que é um sistema que gira em torno de uma atividade central (no caso, o café) e envolve várias outras atividades que estão interligadas e que contribuem para o crescimento econômico dessa atividade central. Quem está presente nessas outras atividades são os integrantes do "capital cafeeiro". Mas a etapa inicial desse capital ocorreu antes mesmo da ascensão da lavoura de café como principal atividade econômica. Foi na economia baseada na produção de açúcar e no transporte de mulas (tropeirismo), que um grupo de famílias conseguiu recursos financeiros para iniciar a expansão da produção de café e, posteriormente, diversificar o capital cafeeiro.

Mas para tal expansão, era necessário tempo (pois o café que é colhido em um ano é derivado do trabalho iniciado a pelo menos cinco anos) e investimentos permanentes. Além disso, na produção de café, os fazendeiros não podem simplesmente aumentar ou diminuir a área plantada ou trocar o café por outra cultura de forma rápida. Contudo, quando o preço do café sobe, os cafeicultores lucram e expandem suas plantações. Mas se o oposto ocorrer (queda nos preços), os lucros dos cafeicultores diminuem e, nesse momento, eles ainda são obrigados a continuar produzindo para não perder o dinheiro que já investiram na plantação (Furtado, 2005, p. 217). Entretanto, com a ausência de um sistema bancário (público ou privado) destinado à produção agrícola e com necessidade de recursos para continuar a produção, as principais fontes de empréstimos, segundo Saes (1986, p. 48), eram os comerciantes, os comissários e os capitalistas, ou seja, o crédito privado. Todavia, o crédito fornecido pelos comissários e comerciantes era de curto prazo e limitado, e o crédito dos capitalistas era de longo prazo e com elevadas taxas de juros.

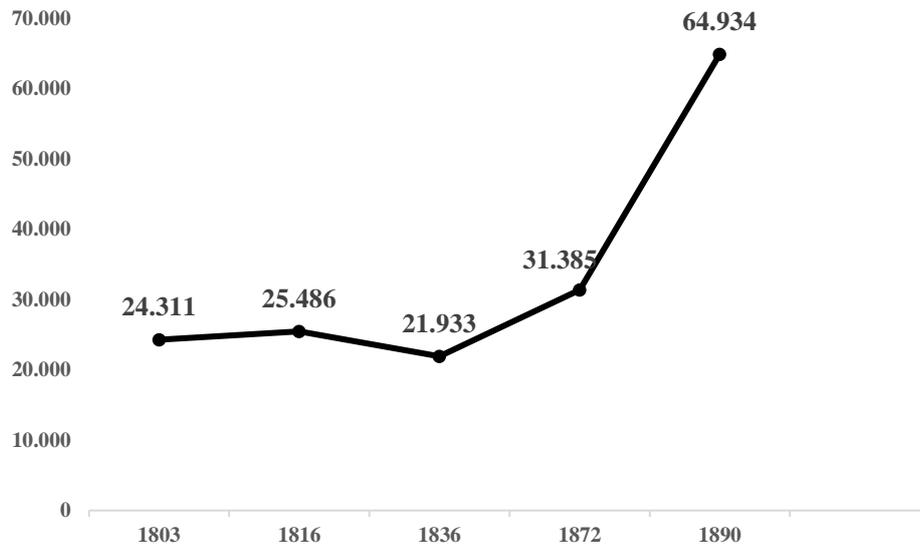
Mas ao longo da segunda metade do século XIX, as formas de obter crédito evoluíram, passa-se a ter o crédito bancário, o crédito hipotecário, o mercado de ações e os empréstimos vindos de bancos estrangeiros.

No estudo de Saes (1986), sobre o crédito e a formação dos bancos paulistas, na segunda metade do século XIX, as casas bancárias tornaram-se uma opção viável para obter recursos financeiros, devido ao desenvolvimento dos bancos e a introdução da lei hipotecária em 1864 – que permitia com que os cafeicultores hipotecassem, além dos escravos, suas terras como garantia dos empréstimos. Assim, o crédito hipotecário, oferecido pelos bancos e pelos capitalistas, permitia uma maior disponibilidade de recursos na economia paulista.

A maneira mais utilizada para obter o crédito era recorrer aos escravos como garantia. No entanto, as ideias abolicionistas, que buscavam acabar com a escravidão, ameaçavam essa prática para conseguir empréstimos. Dessa forma, os fazendeiros do vale do Paraíba, que utilizavam os escravos como garantia dos empréstimos, enfrentariam dificuldades para conseguir créditos de longo prazo (Marcondes, 1998, p.179).

Oferecer as terras como garantia do crédito era ação impraticável, pois, além de as terras localizadas nas regiões de fronteira terem um baixo custo e pouco mercado, a lei hipotecária exigia que o valor dessas hipotecas não excedesse a metade do valor das terras. Isso acabou limitando a expansão do crédito hipotecário e apenas um pequeno grupo de cafeicultores (os grandes fazendeiros) conseguiam se beneficiar desse tipo de crédito. Destarte, devido às dificuldades de usar as terras como garantida para obter empréstimos e com aumento das ideias que defendiam o fim da escravidão, os cafeicultores mais afortunados deixaram de ofertar recursos e começaram a investir em diferentes áreas, como, por exemplo, em ferrovias, depósitos à vista remunerado, letras de câmbio e imóveis urbanos. Já os cafeicultores de maior porte, que necessitassem de crédito, conseguiam empréstimos com as condições facilitadas no Banco do Brasil (a partir de 1867, o governo interveio, por meio do Banco do Brasil, permitindo um financiamento hipotecário a prazo mais longos e com juros mais baixos), em contrapartida, os pequenos produtores de café, ficavam cada vez mais oprimidos, devido a situação financeira desfavorável (Schulz, 1996, p.50-57).

Com a chegada da década de 1870, o abastecimento interno de escravos já atingia seu limite e o seu preço disparava, todavia, para manter as produções de café, seria necessário contratação de mão de obra assalariada. No mesmo período, a cidade de São Paulo, por exemplo, passou a ter um crescimento expressivo em sua economia e demografia (apresentada no Gráfico 8), isso aconteceu, principalmente, devido ao aumento da produção e exportação de café, bem como à chegada de milhares de imigrantes - a maioria deles estrangeiros. Com o desenvolvimento das estradas e, principalmente, das ferrovias com destino ao principal porto da Província de São Paulo, as cidades passaram a se desenvolver. Isso fez com que a cidade de São Paulo se tornasse um centro para atividades administrativas públicas e privadas, comércio, indústria e finanças. Com o elevado crescimento urbano, seria necessário investimentos em infraestrutura e imóveis para atender às demandas da crescente população. Diante desse período de urbanização, o crédito desempenhou um papel fundamental para as atividades urbanas e rurais (Marcondes, 2014, p. 209).

Gráfico 8 - População da cidade de São Paulo

Fonte: ARAÚJO, 2006, p. 44.

Mas na década de 1880, com o aumento crescentes das ideias abolicionistas da escravidão e com a impossibilidade de usar as terras como forma de garantia de empréstimo, os empréstimos hipotecários se tornaram inviáveis. Isso levou ao fechamento da Carteira Hipotecária do Banco do Brasil em 1884, e até mesmo as poucas instituições bancárias, que emprestavam com base em hipotecas, deixaram de fazer empréstimos. Diante desse cenário, os bancos e os grandes afortunados, que destinavam seus recursos para fornecer créditos aos cafeicultores, perceberam que investir em títulos e ações de empresas era muito mais atraente. Eles viram novas oportunidades nessas opções de investimento, muitas vezes eram melhores do que emprestar dinheiro para fazendeiros que, muitas vezes, não tinham o que oferecer como garantia ao empréstimo (Marcondes, 1998, p.184-187).

Tabela 5 - Rendimentos em depósitos, Letras, apólices governamentais e debêntures de ferrovias — 1870-88 (em porcentagem)

Ano	Títulos Comerciais (Letras) (1)	Taxa de juros de depósitos à vista (2)	Títulos Governamentais (Apólices)		Debêntures de Ferrovias	
			Juros (3)	Juros e ganhos de capital (4)	Juros (5)	Juros e ganhos de Capital (6)
1870	—	4,7	—	—	—	—
1871	—	5,1	—	—	—	—
1872	—	4,3	—	—	—	—
1873	—	5,3	—	—	—	—
1874	—	5,3	5,8	5,8	—	—
1875	—	4,9	5,8	5,4	—	—
1876	7,3	5,2	5,8	5,3	—	—
1877	8,0	—	5,8	4,1	—	—
1878	6,2	3,0	5,7	8,7	—	—
1879	6,4	4,4	5,7	4,8	—	—
1880	7,4	—	5,8	4,7	—	—
1881	5,9	—	5,6	9,1	—	—
1882	7,4	—	5,5	5,8	7,3	7,3
1883	8,3	—	5,5	7,7	7,6	7,3
1884	8,3	—	5,6	6,2	7,9	5,4
1885	7,3	—	5,6	7,6	8,0	9,2
1886	7,7	—	6,0	0,9	—	—
1887	9,9	—	5,3	1,0	—	—
1888	8,8	—	5,3	4,7	—	—

Fonte: MELLO, 1984, p. 147.

A partir da Tabela 5, pode-se perceber os diversos ativos financeiros disponíveis para diversificar o capital, no Brasil. Em 1870 já existiam possibilidades de aplicação de capital, mas isso aumentou ainda mais na década de 1880. Além disso, é possível notar as taxas de retorno proporcionada pelos diversos ativos financeiros.

De acordo com a Tabela 5, os títulos comerciais (Letras), que eram de curto prazo - até um ano -, tinham taxas anuais médias, em termos reais, na faixa de 7% a 8%. Os bancos comerciais, que remuneravam os depósitos à vista, tinham taxas de juros, em termos reais, na faixa de 4,5% a 5% - esse era o investimento com menor taxa de retorno. As apólices governamentais eram divididas, quando era considerado apenas o componente da taxa real de juros, observa-se um retorno entre 5% e 6%, quando era considerada a soma de juros e ganhos de capital, a taxa real anual de retorno varia entre 4,5% e 6%.

Na década de 1880, as debêntures emitidas de estradas de ferro também passaram a ser opção de investimento. Foram apresentadas apenas informações para os anos de 1882-1885, mesmo assim, pode-se observar que, tanto para a taxa de juros reais, quanto para a soma das taxas de juros e ganhos de capital em termos reais, o retorno do capital investido estava na faixa de 7% a 8%.

Além da tabela 5, Mello (1984) apresenta outras opções de investimento, que seriam as ações negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1877, 1878 e 1882 (Tabela 6), e as ações de empresas brasileiras ou empresas de capital estrangeiro operando no Brasil, negociadas na Bolsa de Londres, entre 1870 e 1888 (Tabela 7).

Tabela 6 - Taxas médias anuais de rentabilidade obtidas em ações transacionadas no Rio de Janeiro, segundo diversas atividades econômicas, nos anos de 1877, 1878 e 1882 (em porcentagem)

Atividade Econômica	Capital Realizado em 1878 (em contos de réis)	1877	1878	1882
Bancos ^(b)	72.132	16,98	15,46	6,47
Ferrovias ^(c)	24.676	-3,46	10,32	-4,25
Bondes ^(d)	11.200	8,43	11,78	10,19
Navegação ^(e)	7.432	35,84	30,25	12,48
Seguros ^(f)	25.800	16,18	25,36	29,94
Estradas particulares ^(g)	1.980	10,65	13,34	2,95
Praças de mercado ^(h)	1.000	2,64	-1,30	0,26
Iluminação a gás ⁽ⁱ⁾	8.100	20,02	-20,12	-5,20
Outros ^(j)	23.601	-3,61	27,56	-1,72
	175.921			
Média Simples das Taxas		11,52	12,52	5,12
Média Ponderada (pelo Capital) das Taxas		11,47	16,45	6,45

Fonte: MELLO, 1984, p. 152.

Tabela 7 - Taxas anuais médias de retorno em ações de diversos investimentos ingleses, transacionadas na Bolsa de Valores de Londres (London Stock Exchange Market), 1870/88 (em porcentagem)

Ano	São Paulo Railway	Ferrovias	Transportes de Obras Públicas	Bancos	Gás	Média Ponderada ^(b)
1870	9,96	7,10	—	—	6,72	7,06
1871	4,52	3,04	—	—	5,87	3,34
1872	4,11	4,55	—	5,36	8,79	5,03
1873	23,96	18,61	—	12,35	13,00	17,58
1874	18,98	14,63	12,91	13,93	14,10	14,33
1875	11,16	11,14	9,28	11,04	11,96	10,99
1876	15,31	12,02	9,33	11,29	12,47	11,69
1877	16,97	13,12	10,43	11,84	13,61	12,76
1878	14,60	10,76	5,66	8,76	10,20	9,98
1879	12,27	8,86	3,71	7,43	9,10	8,18
1880	12,58	6,99	4,71	10,88	8,26	7,10
1881	13,27	9,05	9,15	14,63	12,86	9,77
1882	6,29	8,06	10,43	15,93	13,26	9,31
1883	14,38	11,10	12,45	16,93	12,78	11,80
1884	10,42	10,77	12,44	17,40	12,71	11,58
1885	14,24	10,09	7,51	14,96	10,06	10,12
1886	10,66	7,31	4,86	12,18	7,08	7,33
1887	4,90	4,01	5,74	9,02	5,89	4,71
1888	10,43	5,24	5,93	7,73	6,20	5,56

Fonte: MELLO, 1984, p. 156.

Em suma, os dados das tabelas 5, 6 e 7 demonstram as taxas de retorno estimadas (soma da taxa real de dividendos e da taxa de ganhos de capital em termos reais) de curto e longo prazo, dependendo do tipo de investimento e do risco envolvido. Para investimentos de curto prazo e baixo risco, como depósitos em bancos ou títulos do governo, as taxas de retorno variaram entre 4% e 6%. Investimentos um pouco mais arriscados, como debêntures e letras comerciais, tiveram taxas entre 7% e 9%. Já para investimentos de longo prazo e com maior risco, como ações de empresas, as taxas de retorno ficaram entre 9% e 11%.

Apesar das tabelas anteriores apresentarem opções de investimento nas décadas de 1870 e 1880, a Tabela 8 mostra outras opções de investimento que seriam negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 1867, entretanto, esses investimentos eram considerados de longo prazo e de maiores riscos, quando comparado com as ativos de investimentos apresentados na Tabela 5.

Tabela 8 - Número e capital social das companhias nacionais e estrangeiras funcionando no Império, em 1867, segundo ramos de atividade

Atividade Econômica	Número	Capital Total (em milhares de contos de réis)
Navegação Marítima e Fluvial	17	16.570
Transporte Terrestre	8	50.012
Seguros	21	18.200
Exploração de Mercado	3	780
Reboque de Navios	2	300
Abastecimento d'Água	4	2.187
Cortume de Couros	1	200
Iluminação da Cidade	5	7.561
Fiação e Tecelagem de Algodão	1	250
Esgoto e Limpeza de Casas	1	7.555
Mineração de Ouro	5	4.388
Fabrico de Velas, Óleos e Sabões	1	500
Total	69	108.503

Fonte: MELLO, 1984, p. 150.

A Tabela 8 apresenta várias empresas de diferentes ramos de atividade funcionando, em 1867, no Brasil. Isso demonstra o nível de diversificação que se poderia ter com o capital. Das 69 empresas da tabela anterior, 20 eram de capital estrangeiro e 49 eram de capital nacional (Mello, 1984, p.150). Contudo, na década de 1880, o número de sociedades anônimas por atividade econômica, em funcionamento, aumenta, chegando ao número de 135 empresas (Tabela 9).

Tabela 9 - Número e capital social das sociedades anônimas em funcionamento, em 31/12/1886, segundo ramos de atividade

Atividade Econômica	Número	Capital Total (em milhares de contos de réis)
Estradas de Ferro	14	51.356
Bancos e Caixas Bancárias	13	87.400
Seguros (Marítimos e Terrestres)	13	32.500
Carris de Ferro	13	25.600
Fiação e Tecelagem	15	12.310
Navegação	5	11.300
Mineração	6	6.900
Engenhos Centrais de Açúcar	9	6.300
Cargas e Descargas	2	6.000
Imigração e Colonização	5	5.000
Abastecimento d'Água	2	3.700
Eletricidade e Telefones	4	3.350
Fabricação Industrial	6	2.878
Construção e Edificação	6	2.675
Carruagens de Aluguel	1	800
Divertimentos	4	254
Artefatos Cerâmicos e Metálicos	4	338
Fabricação de Dinamite	1	180
Socorros Mútuos	2	105
Lavanderia a Vapor	1	100
Coudelaria	1	45
Pastoril Agrícola	1	8.000
Companhia Comissária	1	1.000
Comércio e Lavoura	1	800
Exploração de Mercado	1	500
Jardim Zoológico	1	263
Comércio de Loterias	1	200
Empresa Educadora	1	50
Locação e Consumo	1	25
	135	269.929

Fonte: MELLO, 1984, p. 151.

Na Província de São Paulo, o aumento no número de empresas também ocorreu. Até 1882, todas as empresas organizadas como sociedades anônimas precisavam obter permissão do governo. Esse processo burocrático dificultou a criação de empresas em geral e, especialmente, de bancos. Tanto é que, a maioria dos bancos na província não operavam como sociedades anônimas, devido às restrições e condições impostas pelas leis da época, e sim como casas bancárias, que eram propriedade de uma única pessoa ou sócio. Um ponto negativo das casas bancárias, é que elas eram limitadas em tamanho, porque dependiam do capital de seus fundadores para operar. Devido às regulamentações que limitavam a criação de sociedades anônimas, apenas três bancos operavam como sociedades anônimas na Província de São Paulo antes de 1880, sendo dois desses bancos domésticos e um deles estrangeiro, e isso teve um impacto significativo na disponibilidade de crédito na economia. Mas, para tornar o crédito mais acessível na província, os legisladores imperiais, a partir de um plano

nacional, simplificaram o processo para empreendedores que desejavam criar empresas a partir de uma sociedade anônima. A maior parte das exigências de autorização governamental foram eliminadas, exceto para os bancos estrangeiros, bancos hipotecários e bancos emissores, que ainda precisavam obter permissão para operar, incluindo a venda de ações. No entanto, todos os outros bancos ficaram livres para se organizarem como sociedade anônima, tornando o processo de criação de bancos muito mais simples e acessível. Em 1881, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou uma lei que prometia um lucro de 6% aos investidores de bancos que emprestassem dinheiro com garantia de hipoteca na Província de São Paulo. Essa lei, além de aumentar a disponibilidade de crédito na região, encorajou a criação do Banco de Crédito Real de São Paulo, que tinha como objetivo oferecer empréstimos de longo prazo, que eram essenciais para financiar o crescimento da produção de café (Marcondes; Hanley, 2010, p. 106-110).

Contudo, segundo Saes (1986, p. 66-73), os fazendeiros ficaram insatisfeitos com o Banco de Crédito Real de São Paulo, pois, apesar de a instituição ter como objetivo fornecer crédito agrícola, ela oferecia empréstimos para a carteira comercial e sobre hipotecas urbanas, tal fato prejudicava a disponibilidade de crédito para os fazendeiros.

O problema dos empréstimos hipotecários foi prejudicial para os fazendeiros do Vale da Paraíba, pois eles necessitavam de recursos a longo prazo para investirem em aquisição de escravos e na continuidade da produção de café. Em contrapartida, a queda da disponibilidade de recursos não teve efeitos tão negativos no Oeste Paulista, pois na região, com a substituição do trabalho escravo pelo livre, os fazendeiros demandavam recursos de curto prazo para honrarem com os salários e com os custos da manutenção da lavoura, dependendo assim, cada vez menos de empréstimo de longo prazo, e sim de curto prazo. Destarte, o governo da República, com o objetivo de resolver o problema dos empréstimos hipotecários, buscou melhorar, a partir da reforma hipotecária de 1890, as condições de garantia dos empréstimos. A nova forma de garantia dos empréstimos era o penhor agrícola e as terras, ou seja, além de usar as terras como garantia, o patrimônio vinculado à atividade agrícola (como colheitas, animais, máquinas agrícolas ou outros produtos resultantes da atividade rural) também passava a fazer parte da garantia dado ao credor. Essa reforma hipotecária possibilitava uma melhor garantia aos empréstimos. Mas no final do século XIX, quem mais utilizava esse empréstimo hipotecário eram os comerciantes, comissários e capitalistas, que ainda dominam o financiamento agrícola (Teodoro, 2006).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O renascimento agrícola a partir da segunda metade do século XVIII, aumentou a participação da economia paulista no Brasil. Antes da expansão do açúcar na província, cabe destacar o importante papel dos tropeiros, que já eram fundamentais na economia mineradora. O capital proveniente do tropeirismo e do comércio de animais, foram investidos em engenhos de açúcar, o que favoreceu a expansão das lavouras canavieiras. O presente trabalho mostrou que foi a partir do açúcar que a Província de São Paulo se tornou uma província exportadora.

Ao longo do trabalho, foram apresentados estudos que abordavam os primórdios da atividade cafeeira, tomando como exemplo a região de Bananal, onde café foi inicialmente produzido em pequenas propriedades e sem mão de obra escrava. Mas foi na década de 1840, ao ser introduzida no Oeste Paulista, que o café encontrou uma estrutura de exportação (mão de obra e terras férteis) que possibilitou o seu rápido desenvolvimento. Segundo os dados apresentados nesse trabalho, foi a partir dos anos de 1850-1851, que o volume de exportação do café ultrapassou o volume de exportação da cana, e foi na década de 1860, que o açúcar se tornou a principal força econômica paulista.

O crescimento inicial da participação da agricultura paulista nas exportações agrícolas brasileiras, contou somente com o crédito privado, que era oferecido pelos comissários, comerciantes e capitalistas. O crédito privado sempre foi presente no interior paulista, pois o crédito hipotecário tinha suas dificuldades e o crédito bancário não era destinado às lavouras. Foi apresentado nesse trabalho, por exemplo, que a partir da análise da composição da riqueza dos inventariados de Ribeirão Preto, foi encontrado que o ativo Dívida ativa tinha uma significativa participação na composição da riqueza, isso significa que, devido a necessidade de financiamento, e juntamente com a inexistência de um sistema de crédito voltado para a agricultura, alguns habitantes se tornaram capitalistas.

Quanto a dinâmica da composição da riqueza, observamos que, com o crescimento das ideias abolicionistas e com transição da mão de obra escrava para mão de obra livre, o ativo Escravo vai perdendo sua participação na composição da riqueza. No entanto, o recurso que deixou de ser aplicado em escravos foi diversificado em outros ativos. Com a lei hipotecária de 1864 e com a formação do mercado de capitais, uma parte desses recursos disponíveis foram destinados para o sistema bancário hipotecário e para formação de casas comissárias, que tinham como objetivo fornecer recursos para a economia cafeeira.

Porém, a partir da década de 1880, com a crescente das ideias abolicionistas da escravidão e com a dificuldade de usar as terras como forma de garantia de empréstimo, os integrantes do grande capital cafeeiro destinaram seus recursos, que financiavam os fazendeiros, em outros ramos de atividades. Os diversos ativos financeiros e suas taxas de retorno foram apresentadas ao decorrer do trabalho.

Observa-se, portanto, que na passagem do século XVIII para o século XIX, toda a riqueza paulista, que foi gerada a partir da agricultura, era destinada, majoritariamente, para a própria origem, ou seja, os lucros do café (como principal produto exportador) financiavam as atividades rurais. Porém, com as leis imperiais e com o processo de abolição da escravidão, na segunda metade do século XIX, as formas de crédito evoluíram e passaram a financiar outros ramos de atividade e a riqueza paulista se diversificou para áreas, além das produções de café.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Texto para discussão, 2010.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.
- BACHA, Edmar & GREENHILL, Robert. **150 anos de café**. Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E. Johnston, 1992.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1990.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da colônia à senzala**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 2005.
- LOPES, Luciana Suarez. **Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)**. 2017.
- MARCONDES, Renato Leite. **Quem eram os credores? Hipotecários, depositantes e capitalistas paulistanos (1865-1930)**. Locus: Revista de História, v. 20, n. 2, 2014.
- _____. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX**. 1998. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MARCONDES, R. L.; HANLEY, A. G. **Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901)**. Estud. Econ., São Paulo, v. 40, n. 1, Mar. 2010.
- MELLO, P. C. de. **Os Fazendeiros de Café e o Mercado Financeiro e de Capitais, 1871/88**. Estudos Econômicos (São Paulo), v.14, n.1, p. 145–161, 1984.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza. São Paulo: 1845-1895; contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista a economia exportadora**. 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1990.
- MELO, José Evando Vieira de. **O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição, 1830-1888**. Unesp, 2003.
- MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson Hideiki. **Cafeicultura e acumulação**. Estudos Econômicos, v. 24, n. 2, p. 253-320, 1994.
- _____. **Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829)**. LOCUS: revista de história, v. 5, n. 1, 1999.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Heranças Guardadas e Transições Ponderadas: História Econômica do Interior Paulista - 1890-1920**. Franca: UNESP/FHDSS : FACEF, 2006.

PERISSINOTTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

_____. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. 1. ed. São Paulo: Annablume/Fapesp. v. 2, 2000.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

SAES, F. A. M. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: HUCITEC/INL-MEC, 1981.

_____. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850 - 1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição, 1875-1901**. São Paulo: Edusp/Instituto Fernand Braudel, 1996.

SILVA, Sergio Baptista da. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6. ED. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1985.

TEODORO, Rodrigo da Silva. **O crédito no mundo dos senhores do café. Franca 1885-1914**. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP.